

Os Quadros Dirigentes Transnacionais na Argentina: serviço público, norte-americanismo e o papel dos cursos de MBA.

MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO*

AFRÂNIO MENDES CATANI**

Resumo: O presente artigo trata a respeito da formação de quadros dirigentes com características internacionais. Consta-se que os MBAs (*Masters in Business Administration*) constituem-se como um meio de disseminação da cultura empresarial mundializada e como um passaporte universitário para profissionais que aspiram ser quadros dirigentes transnacionalizados. Analisa-se, também, o papel da *Universidad del CEMA* como um exemplo de instituição formadora de quadros internacionais na Argentina durante o período do governo liberal-reformista de Carlos Saúl Menem (1989-1999).

Palavras-chave: MBA; Argentina; Quadros; Universidade.

Abstract: This article discusses the education of international executives. The MBA is a way of disseminating the global business culture and has become an academic passport for professionals that aim to be transnational executives. This article discusses the role of the University of CEMA (*Universidad del CEMA*) as typical example of an institution aimed at educating international executives in Argentina during the Government of Carlos Saúl Menem (1989-1999).

Key-words: MBA; Argentina; Executives; University.

Há internacionalização em um espaço social particular porque certos agentes nacionais têm interesse nessa proposta. Os efeitos do engajamento neste processo dependem da posição que eles ocupam neste espaço (em particular sua capacidade de exercer um poder ou uma influência) e das vantagens antecipadas que esperam de uma eventual modificação das regras do jogo e dos capitais (LAZUECH 1999: 278).

O último quartel do século XX foi marcado por variadas experiências de reforma de Estado, baseadas principalmente nos pressupostos do liberalismo ortodoxo e da assim chamada globalização, provocando consideráveis perturbações no conjunto estruturado da sociedade. Essa onda reformista abriu oportunidades de deslocamentos de determinados atores nos campos sociais. Na Argenti-

* Professor na Universidade Estadual de Maringá (DFE-UEM).

** Professor na Faculdade de Educação da USP e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP).

na são tais atores sociais, impulsionados pelos vetores das reformas, que sustentaram, explícita ou veladamente, as ações públicas do “novo justicialismo” representado por Carlos Saúl Menem (1989-1999).

O processo argentino de internacionalização e de abertura econômica foi conduzido por quadros públicos de elite, empregados nos principais postos de direção do Estado, principalmente no Ministério da Economia e no Banco Central, organismos que controlam com mão-de-ferro as alocações orçamentárias da Nação¹.

1. Quando a mão direita é mais forte que a mão esquerda: quadros de governo e (in)fidelidade com o público

Pode-se considerar incomensurável a força política do Ministério da Economia no gabinete do presidente Menem. Este superministério venceu algumas quedas de braço nas disputas internas do governo. A título de ilustração, no início de maio de 1999, a titular, Susana Decibe (bem como assessores de primeiro escalão do Ministério da Cultura e Educação, alguns dos principais responsáveis pela reforma menemista na educação superior) caiu em virtude de resistir contra um corte no orçamento nas rubricas de educação no montante de 200 milhões de dólares. Assim registrou o jornal espanhol EL PAÍS:

Susana Decibe renunciou à pasta da Educação na Argentina por discordar dos cortes efetuados pelo governo nas verbas do setor. Os cortes orçamentários, nada menos de um bilhão de dólares, começaram a ser feitos na quinta-feira. O Ministério da Educação da Argentina perdeu, só neste ano, cerca de 164 milhões de dólares. O ministro da Economia, Roque Fernandez, é o principal responsável pelo ajuste — um dos compromissos assumidos pelo governo argentino para ter acesso a empréstimo do Fundo Monetário Internacional. O corte afetará o funcionamento das universidades públi-

1 O Jornal PÁGINA/12 fez a seguinte nota a respeito de Pedro Pou, presidente do Banco Central: *Para este mendocino, ingeniero agrónomo y economista, de 53 años, el fin bien parece justificar los medios. 'Hay dos clases de funcionarios: los que cumplen con la ley y cuidan el currículum. Yo soy de los que cumplen con la función y no le importa si el currículum tiene manchas', aseguró meses atrás. Obtuvo en Chicago un doctorado en Economía y fundó el Centro de Estudios Macroeconómicos de la Argentina (CEMA) junto a Roque Fernández y el ex viceministro de Economía Carlos Rodríguez. Adhiere, como ellos, a la ortodoxia liberal. Pero se diferencia de los cofundadores del CEMA por su mayor destreza política y sólida ambición de poder. Es, también, uno de los más osados del equipo económico. 'El desempleo es un síntoma del éxito de este programa: la gente busca más trabajo porque los salarios reales aumentaron', interpretó hace dos años ante Página/12 en vísperas de una de las asambleas anuales del Fondo Monetario Internacional. Su última y más resonante iniciativa es el proyecto de dolarización de la economía, que defendió con una firmeza y pasión poco comunes en el actual staff del Palacio de Hacienda. 'Al eliminarse la moneda nacional, se elimina el riesgo cambiario', justifica, desafiando las críticas más severas de todo el espectro político (MEYER, 27 mayo 1999, internet).*

cas, que ameaçam paralisar suas atividades nos próximos meses se o governo não voltar atrás (EL PAÍS, 07 mayo 1999, internet).

O Ministério da Economia, por meio de seus quadros dirigentes, tem determinado as políticas públicas através de duas ferramentas básicas: a partir da violência simbólica da alocação orçamentária (*contrainte budgétaire*) e, também, pela aceitação das condicionalidades e cláusulas constantes em acordos firmados junto a organismos internacionais. Deve-se frisar que a assinatura do ministro da Economia é *conditio sine qua non* para que haja a liberação de empréstimos para qualquer área, isto é, a formalização definitiva de financiamentos para qualquer pasta governamental dá-se com o *agreement* do ministro da Economia. Ocorre na Argentina o que BOURDIEU, em uma feliz metáfora, descreve como sendo o predomínio da mão direita do Estado sobre a mão esquerda:

Os altos quadros dirigentes são, majoritariamente, formados em universidades americanas e tendem a ter uma maior identificação com a cultura e os princípios apreendidos de seus educadores estrangeiros do que com os valores de sua terra de origem.

Penso que a mão esquerda do Estado acha que a mão direita não sabe mais, ou pior do que isso, não quer mais saber de fato o que faz a mão esquerda. De qualquer forma, ela não quer pagar o preço. Uma das razões maiores do desespero de todas essas pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou está se retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável: a habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos etc. (1998: 10).

Na Argentina, isto se constata na supremacia das políticas monetária e fiscal sobre as políticas sociais. Esse deslocamento do eixo de gravidade na política econômica do país fica evidente na recusa do ministro da Economia em dar o aval a três projetos propostos pela autoridade máxima do Poder Executivo, o Presidente Menem². Assim reporta o **Clarín**:

2 Os três projetos estavam orçados em 250 milhões de dólares. A argumentação para a negativa do aval se baseia em três fundamentos: a) jurídico-legal, b) orçamentário e c) fiscal. «*El argumento del Ministerio de Economía para firmar los avales es que 'hay elementos legales contradictorios entre el decreto que llamó a licitación y los contratos firmados con los adjudicatarios. Hasta que eso no se resuelva, no hay posibilidad de firmar los avales'.* El viceministro, Pablo Guidotti, es quien lleva la voz cantante sobre este tema en el Palacio de Hacienda. «*La otra cuestión es la ampliación de las obras de la Hidrovía, consistente en el dragado de los ríos Paraná y Uruguay. El Ministerio de Economía se negó a entregar los \$ 60 millones para el proyecto, argumentando que no existe partida en el Presupuesto. Por eso, propone como solución que se incluya una partida en el Presupuesto para el año próximo y que sea el Congreso el que decida si puede hacerse.*» Por

Durante o fim de semana cresceu a tensão dentro do Governo, gerada pela negativa de Roque Fernández³ para avalizar os três projetos impulsionados por Carlos Menem. Tanto o Presidente como o secretário geral, Alberto Kohan, questionaram o ministro da Economia por que ele se opõe a dar avais para o Canal Federal, a ampliação da Hidrovia e a redução do imposto do óleo diesel destinado ao campo e ao transporte (SIGUEN, 17 ago. 1999, internet).

A fidelidade política desses quadros dirigentes públicos, com formação internacionalizada, oscila entre o projeto de sociedade concatenado com as agências internacionais e o projeto político-partidário do governo de plantão. Ao final desse conflito o Ministério da Economia, estabelecendo a condição de analisar com minúcias o projeto da Secretaria de Recursos Naturais e Meio-Ambiente, aceitou dar, com ressalvas, o aval ao projeto defendido pelo Presidente Menem de levar água para a Província de La Rioja. Assim relatou o jornal **Página/12**:

Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente, para contratar a primeira obra do Canal Federal. Finalmente, Roque Fernández sugeriu ontem que daria os avais pedidos pela Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente, para contratar a primeira obra do Canal Federal 'Presumo que sim', respondeu o ministro da Economia diante da imprensa, quando lhe perguntaram se aceitaria dar a garantia do Tesouro a um consórcio que integram Techint e Roggio, entre outros. O subsecretário de Financiamento, Miguel Kiguel, foi ainda mais cauteloso, ao esclarecer que o respaldo ministerial somente se produzirá quando estiverem dissipadas todas as dúvidas "técnicas e legais" que geram o contrato que firmou María Julia Alsogaray com o grupo privado. Desse modo, o Palácio da Fazenda abriu uma porta para que se removam as diferenças de critério que existiam até o momento entre as duas áreas de governo, incluída a chefia de Gabinete, tão interessada como a de Recursos Naturais em fazer a obra (ROQUE, 21 ago. 1999, internet).

Este tipo de luta não é particular à Argentina. Como comparação, pode-se tomar conhecimento da emblemática disputa, dentro do governo de Fernando

último, Roque se opone a bajar \$ 0,12 el impuesto al gasoil para el campo y el transporte y aumentarlo \$ 0,18 a los particulares. Este proyecto -que sería enviado esta semana al Congreso- es una promesa que hizo Carlos Menem a los productores en el acto de la Sociedad Rural Argentina. En este caso, Roque cree que la medida sólo complicaría la recaudación del tributo y que podría ocasionar una pérdida de ingresos fiscales que afectarían las cuentas públicas del año próximo. 'Roque no quiere complicar al gobierno que viene ni rifar su prestigio profesional avalando decisiones equivocadas', dicen en Hacienda» (SIGUEN, 17 ago. 1999, internet).

3 Ministro da Economia entre 1996 e 1999.

Henrique Cardoso, entre os supostos “desenvolvimentistas” e os denominados “monetaristas”. No primeiro dia de setembro de 1999, em jantar reunindo 23 senadores na casa do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Senador Ney Suassuna, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, desafiou aqueles que desejavam o crescimento procurar outro, pois ele não promoveria uma “bolha econômica” (crescimento temporário). Conforme a citação a seguir, pode-se verificar que o ministro compreende que existe incompatibilidade entre a estabilidade e o crescimento:

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu um recado aos governistas que querem atropelar a política econômica e impor um crescimento fora das linhas do ajuste fiscal, comprometendo a estabilidade. “Não sou um fazedor de bolha econômica; saio do governo, se essa for a alternativa para desenvolver o País”. (...) De acordo com os senadores presentes, o ministro insistiu, mais de uma vez, que deseja pôr em prática um programa consistente, nem que tenha de recorrer a medidas impopulares. ‘Sabemos o que ocorre quando se procura um crescimento apressado’, argumentou Malan. (COSTA, SILVA, 02 set. 1999, internet).

Por ironia dos acontecimentos, em 02/09/1999, houve um embate “mortal” entre dois ministros do governo. O terreno do duelo foi o seminário Desenvolvimento com Estabilidade, promovido pelo PSDB, partido que explicitou claramente suas clivagens internas: uma parcela defendia maior atenção do governo ao setor produtivo, cujo titular da Pasta de Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, era um dos aglutinadores dessa ala partidária, contrapondo-se aos agrupamentos daqueles favoráveis à estabilidade a todo custo, tendo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, como representante máximo dessa tendência. Na abertura desse seminário Clóvis Carvalho instigou, de maneira desafiadora, Pedro Malan a apresentar novos rumos para a política econômica. Segundo Clóvis CARVALHO,

(há) ênfase monocórdica na contenção de gastos (...) Apressar o passo na retomada do crescimento não trará o apocalipse. E o excesso de cautela, a essa altura, será o outro nome para covardia. (...) Precisamos ousar mais, arriscar mais – arriscar até o limite da responsabilidade (apud SALOMON; SOUSA, 03 set. 1999, internet).

A resposta, evasiva e conclusiva, de Pedro MALAN foi que o “Crescimento depende de horizonte de tempo, de estabilidade e de inflação sob controle. (...) Nós não somos mercadores de ilusões” (*ibid.*: 03 set. 1999). O resultado dessa contenda foi a demissão do assim chamado ministro desenvolvimentista; para além de qualquer relação pessoal ou político-partidária, tem prevalecido, neste tipo de disputa, o quadro dirigente que fornece o requerido fundamento de credibilidade

junto ao *establishment* internacional, defendendo a ideologia atualmente hegemônica no mundo capitalista. Foi como percebeu a jornalista Eliane CANTANHÊDE:

O ministro Pedro Malan (Fazenda) tem uma dupla função no governo: para o público internacional, é o avalista da política econômica brasileira; para o público interno, o principal guardião da moeda. Representante pronto e acabado do cada vez mais questionado “Consenso de Washington”, ele é inflexível na defesa de um drástico enxugamento do Estado, política fiscal restritiva e monetária dura. Atenção à banca internacional, amém ao FMI (03 set.1999, internet).

Os fatos anteriores envolvendo, no Brasil, os Ministros da Fazenda e do Desenvolvimento e, na Argentina, os casos tendo como protagonista o Ministério da Economia (primeiramente contra o Ministério da Educação e Cultura e, depois, contra o projeto político-partidário do presidente da República), parecem demonstrar que os quadros públicos lotados nos postos estratégicos do governo são extremamente aficcionados à cartilha transnacionalista do “Consenso de Washington”, merecendo toda a confiança dos organismos internacionais e do mundo financeiro.

Chama a atenção a análise feita por Celso Lafer e Felix Peña acerca das relações com o mundo travadas por Brasil e Argentina⁴. Já em 1973, os cientistas políticos perceberam a penetração da política estrangeira nas decisões nacionais de ambos os países, bem como a consumação da aquisição do referencial transnacional pelos atores internos. Afirmam LAFER e PEÑA que,

Na política transnacional, os atores nacionais (governos ou empresas) orientam suas ações para atores nacionais de outra unidade política do sistema internacional para obterem destes um comportamento favorável a seus objetivos. Em certos casos, assumem o caráter de ator “interno” para um determinado sistema político e passam a participar, internamente, de uma maneira direta ou indireta, no exercício da autoridade política. (...) Este tipo de vinculação se evidencia pelo exemplo das filiais das empresas multinacionais ou pelos partidos políticos ou sindicatos internacionais. A vinculação por penetração se articula com base na existência de atores internos de um sistema político nacional, com lealdades duais, uma delas orientada para um centro de decisão externo (...) (1973: 39-40).

4 Curiosamente, esses dois acadêmicos exerceram cargos governamentais nos anos 90. Lafer foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 1999 e, antes disso foi Embaixador do Brasil junto à OMC, em Genebra; ocupou também o posto de Chanceler na fase final do Governo Fernando Collor de Mello. Peña foi Secretário de Comércio Exterior do Governo Menem.

Pode-se afirmar, nesses tempos de liberalismo ortodoxo, que esta lealdade dúbia deriva-se do fato de que muitos desses atores foram formados ou cooptados, intelectual e financeiramente, pelas sedes transnacionais, sejam elas de bancos multilaterais, bancos de investimento e comerciais, fundos de investimento, departamentos de determinadas universidades, grandes empresas transnacionais, escolas de governo, Organizações Não-Governamentais etc.

O ex-embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Melvin LEVITSKY atesta, em novembro de 1995, a dubiedade de quadros empregados pelo governo brasileiro com inclinações pró-EUA:

Nossa relação bilateral melhorou bastante na presidência de Cardoso. (...) Ele (Cardoso) ficou muito contente com a recepção que teve nos EUA em abril passado e vai recebê-lo calorosamente. Autoridades brasileiras têm solicitado muita cooperação técnica e conselhos num leque de assuntos. (...) Nossa habilidade de manter o diálogo e oferecer assistência técnica nos pagará dividendos de longo prazo por meio da construção de um grupo qualificado de tecnocratas pró-EUA (apud AITH, 28.01.2001c, internet).

Percebe-se que os altos quadros dirigentes são, majoritariamente, formados em universidades americanas⁵ e tendem a ter uma maior identificação com a cultura e os princípios apreendidos de seus educadores estrangeiros do que com os valores de sua terra de origem⁶. Anne-Catherine WAGNER fornece uma pista interessante ao tratar da internacionalização de quadros de grandes empresas privadas: “A mobilidade internacional dos quadros é um meio de constituir um patriotismo de empresa que deve transcender as clivagens nacionais” (WAGNER, 1998: 134).

De certa forma, o economista Paulo Nogueira BATISTA JR. tem opinião semelhante com relação à formação de quadros pró-EUA empregados pelos governos de países do terceiro mundo:

Estudantes promissores de países subdesenvolvidos, como o Brasil, são levados para universidades nos EUA. Lá são submetidos a rigoroso adestramento. Voltam imbuídos dos valores, conceitos e preconceitos norte-americanos. E de um desprezo mal disfarçado pelo próprio país. A ligação pri-

5 Na Argentina, vale relembrar que o ex-ministro da Economia Roque Fernández e o presidente do Banco Central Pedro Pou têm formação doutoral em economia pela Universidade de Chicago (escola monetarista). No Brasil, segundo LOUREIRO, “após a criação do Banco Central em 1965, (...) observa-se que dezesseis de dezoto presidentes fizeram estudos de pós-graduação, sendo que doze nos Estados Unidos, dois no Brasil e dois em outros países” (1996: 381).

6 Nada como o humor para dar uma dimensão mais crua da realidade. Assim troçou José SIMÃO do ministro Pedro Malan: “(...) E manchete da Folha sobre o Pedro Malanta: ‘Malan rejeita bolha de crescimento’. E a gente rejeita o bolha do Malan. Ele é tão brasileiro que o cachorro dele late Au Au Street e, em vez de contar piada de português e de papagaio, ele conta piada de irlandês. É verdade! Uma vez ele foi dar uma entrevista pra Gabi e começou: era uma vez um irlandês... Xiii, ... “ (SIMÃO, 03 set. 1999 internet).

mordial com o estrangeiro é cultivada pelo resto da vida. Muitos desses indivíduos são contratados pelas entidades multilaterais de crédito sediadas em Washington (FMI, Banco Mundial e BID). Outros se empregam em firmas financeiras em Wall Street. Depois voltam ao país para ocupar cargos no governo. Cacicados pela sua experiência governamental, são então chamados a ocupar postos de destaque, bem remunerados, no exterior ou no mercado financeiro local. Dessa maneira, vai se consolidando o controle da área econômica dos governos pelo eixo Wall Street-Washington e suas sucursais locais. (01 fev. 2001, internet).

As posturas pró-EUA, a empolgação com o *management* norte-americano e, conseqüentemente, o sentimento transnacionalista, não constituem um fenômeno novo. BOLTANSKI informa sobre o caso francês:

Não se pode compreender as transformações que, no pós-guerra, afetaram a representação social dos “quadros” se se ignora que estas mudanças se devem à importação de sistemas de valores, de tecnologias sociais e de modelos de excelência de origem americana que acompanharam e, às vezes, precederam a realização do Plano Marshall, ou, para ser mais preciso, aos conflitos políticos e sociais que, no interior da burguesia e da pequena burguesia, tiveram por disputa a “americanização da sociedade francesa” (1982: 155).

A luta pela introdução do paradigma cultural e administrativo norte-americano também teve lugar na Itália. Grazia SCARFÒ GHELLAB, ao analisar as Escolas de Gestão e o sistema de educação italiano, notou que um grande empresário, que detinha uma liderança reconhecida em seu país, foi um dos principais incentivadores da adoção do “jeito americano” de administrar:

Segundo os numerosos testemunhos e as biografias existentes, Adriano Olivetti volta de suas viagens aos Estados Unidos bastante entusiasmado com o espírito pragmático americano, que se concretizava no seu entender nas escolas fortemente orientadas à ação para a solução de problemas sócio-econômicos da sociedade americana. Olivetti não pode ser considerado simplesmente como um dirigente industrial, mas também como um agente cultural que faz parte da vanguarda que favoreceu concretamente a difusão da cultura americana na Itália e a importação do “management education” (1997: 48).

O Estado italiano teve papel importante na formação de quadros dirigentes. De maneira similar ao sistema argentino, a oferta pública de vagas para a educação superior é preponderante e grande parte dos quadros dirigentes são formados,

inicialmente, em instituições públicas para, depois, ingressarem em escolas de formação complementar na área dos negócios empresariais. Na Itália, segundo Grazia SCARFÒ GHELLAB, a situação apresentava-se assim:

A relativa autonomia do espaço das escolas de gestão em relação ao Estado caminha paralelamente à tendência de privatização deste espaço. O fato de as escolas de gestão integrarem o sistema de ensino superior, assegurando a formação de quadros dirigentes, faz pensar que esta formação é garantida sobretudo pelo privado. É então importante, para poder avaliar os esforços do Estado italiano na formação dos quadros dirigentes, verificar o verdadeiro peso que as escolas de gestão têm neste tipo de formação. Na realidade, este peso é muito fraco. (1997: 110-111).

SCARFÒ GHELLAB, baseando-se nas pesquisas de L. Bovone, V. Cesareo e G. Rovati, lança alguns números estatísticos para entender qual o real papel do público e do privado na formação dos quadros dirigentes. Ela percebeu que a maior parte dos quadros dirigentes, os executivos de empresa, frequentou a universidade pública e complementou seus estudos em cursos não-universitários, após a conclusão de seus cursos regulares.

Com efeito, as pesquisas concernentes aos quadros dirigentes italianos indicam que a maior parte dos dirigentes possuem um diploma de segundo grau clássico, científico ou ainda profissional, assim como a láurea (graduação universitária). De um grupo de 400 dirigentes ligados a médias e grandes empresas nacionais e privadas, 87% dos dirigentes entrevistados têm um diploma universitário. (...) Estes dados mostram que a formação de quadros dirigentes na Itália é principalmente universitária e, por consequência, em instituições estatais. É verdade que, por exemplo, 75% da amostra que integra esta pesquisa fez cursos de pós-graduação não-universitário, mas na maior parte dos casos tais cursos foram realizados na modalidade de formação contínua por pessoas que já ocupavam um cargo de quadro dirigente (1997: 111).

Quando se fala em “quadro”, vale ressaltar que se trata de pessoas com determinada formação cultural que foram investidas de funções de direção, tanto na esfera privada como na pública. Dessa maneira, existem dois tipos de escolas de formação de quadros, isto é, para a administração pública e para a administração de empresas privadas. Por exemplo, a Escola Nacional de Administração (ENA), na França, é um caso de instituição educacional que teria por missão primeira formar quadros para a função pública. Porém, é comum que os graduados da

ENA façam o que se convencionou chamar de *pantouflage*, isto é, quando potenciais quadros de Estado optam por trabalhar na iniciativa privada. Também existem escolas de gestão privadas que têm a finalidade de formar quadros de direção, preferencialmente, para o setor privado, o que não impede que esses quadros migrem para o serviço público. Não se pode deixar de mencionar que os cursos universitários tradicionais formam um terceiro grupo de quadros, os graduados pelas universidades, públicas ou privadas, que não têm prévio compromisso de emprego na gestão (em ambas as esferas), porém assumem cargos de direção e têm toda a liberdade para escolher o caminho mais conveniente para sua carreira.

Muitos quadros formados no ambiente transnacional norte-americano quando voltam aos seus países de origem acabam sendo empregados no Estado. BATISTA JR. traça a hipótese de carreira de um quadro pró-EUA:

A passagem por postos governamentais na área econômica passa a ser vista, em muitos casos, como parte de um plano de carreira de longo prazo. Uma espécie de estágio intermediário para vôos mais altos ou funções mais permanentes. Desde que, é claro, o tecnocrata dance conforme a música. Durante a permanência no governo, a regra dominante é a seguinte: nada fazer que possa desagradar aos mercados financeiros e ao governo dos EUA. Nesse ambiente, o interesse público desaparece ou fica em plano secundário. (...) É claro que essa tecnocracia pró-EUA nem sempre consegue fazer o que quer. Num país do porte do Brasil, os contrapesos nacionais são consideráveis. Há uma estrutura empresarial doméstica, sindicatos operários, opinião pública, meios de comunicação. E é preciso disputar eleições periodicamente. Assim, a rendição à 'Pax Americana', mesmo nos momentos de auge da tecnocracia pró-EUA, nunca é completa ou totalmente descarada. (01 fev. 2001, internet).

Não é exagero afirmar que os quadros internacionalizados, esta categoria particular de atores sociais, são mais fiéis aos organismos e instituições que lhes forneceram o substrato cultural-ideológico e, conseqüentemente, à sua visão de mundo que ao seu empregador público (o Estado) ou mesmo à coligação político partidária no poder. BOLTANSKI, ao investigar a formação dos quadros enquanto grupo social na França, afirma que

A análise dos efeitos de dependência cultural que exerce também a dependência econômica permitiria ver em que medida a multinacionalização – isto é, de fato, a americanização – do quadro de referência em relação ao qual se situam os quadros (aí compreendidos os pequenos quadros, cujo espaço objetivo de jogo é nacional, mesmo provincial) constitui um dos fatores de divisão, social e política, das frações ascendentes das classes médias (1982: 215).

Dessa maneira, o novo ambiente de economia dita globalizada tende a exigir um padrão cultural internacionalizado que tem por referência os valores das classes sociais dominantes dos países centrais e os conceitos e recomendações dos organismos multilaterais por esses mesmos países dominados. Entretanto, deve-se lembrar, esse processo de inter/multi/transnacionalização sofre certa resistência por parte de atores sociais ligados, principalmente, ao setor público e a determinados ramos da esfera privada preocupados com a promoção do desenvolvimento nacional, conforme destaca BOLTANSKI para a França:

(...) notadamente, a oposição entre as frações mais ligadas ao desenvolvimento do setor público cujos interesses são “nacionais” – ou, como dizem os profetas da internacionalização, “locais” – e as frações ligadas às grandes empresas privadas cujos interesses são, de maneira cada vez mais evidente, “deslocalizadas”, isto é, para ser breve, “multinacionalizadas” (1982: 215).

Nesse sentido, a formação dos quadros dirigentes tem se referenciado, necessariamente, nos marcos de uma cultura transnacionalizada e, por consequência, subestimadora do que se poderá chamar de valores nacionais. NIANE sustenta:

A forte mundialização da economia acarreta, entre outras consequências, a constituição de um campo de concorrência onde as forças dominantes tentam uma homogeneização dos sistemas de valores, de referências e de comportamentos, notadamente graças a uma deslocalização da produção e da formação. Esta formação requer instâncias de consagração e de legitimação de caráter internacional, mesmo mundial, habilitadas a inculcar o novo discurso dominante nos agentes que, por sua origem sócio-cultural, sua trajetória universitária e profissional, são os mais aptos a se tornarem “cidadãos de uma transnacional” e a exercer uma ação determinante no espaço “nacional” no sentido de se “sincronizar” a um espaço internacional largamente dominado por “meta-Estados” (Banco Mundial, FMI, sistema das Nações Unidas, sociedades transnacionais) que, sem ter todos os atributos de um “Estado nacional”, funcionam como tal, suplantando cada vez mais os Estados tradicionais, sobretudo nos países pouco desenvolvidos, substituindo-os na formação de quadros em particular (1992: 22).

Aproximando esse raciocínio para o caso argentino, o grupo social de quadros dirigentes nos tempos do governo menemista, ou seja, em especial a categoria social posicionada nos espaços privilegiados do campo da política econômica fez, em grande parte, sua moldagem acadêmica final, geralmente em nível de pós-graduação, em universidades norte-americanas (principalmente no Departamento

de Economia da Universidade de Chicago), como também em certos programas de formação em universidades argentinas, basicamente naqueles com forte identificação teórico-metodológica com escolas monetaristas, cujos corpos docentes possuem currículos transnacionalizados.

Além disso, uma característica particular dos quadros internacionalizados é o fato de serem portadores de um livre-conduto especial, que lhes fornece a capacidade de fácil mobilidade entre as agências multilaterais e as burocracias de Estado. CANO, em um ensaio sobre a relação entre o Estado argentino, sob o governo de Menem, e os técnicos da burocracia e intelectuais convertidos à posição ideológica dominante, faz o seguinte relato:

No caso argentino, o EM (Estado Malfetor) não só tem “relações carnavais” com os EUA (para nos valermos da brilhante expressão de um distinto intelectual, que atualmente dirige a pasta do Ministério das Relações Exteriores) mas também com o FMI, o BIRD (Banco Mundial) e o BID. E estas relações estreitas se dão tanto em nível das políticas como entre pessoas. No pessoal, existe uma fluida circulação de “técnicos”, de “consultores”, de “representantes junto a organismos” etc., entre o EM e as agências anteriormente mencionadas. O destino de não poucos funcionários e assessores estatais os leva, uma vez afastados de seu cargo, ao exercício de consultorias ou de funções nas agências, e vice-versa. Uma variante simpática deste jogo de mudanças de lugares é aquela na qual um funcionário ou assessor governamental de um país determinado presta serviços de consultoria como enviado do BIRD ou do BID em outro país, o que pode suceder durante ou depois de suas tarefas nacionais. Entre as vantagens deste último procedimento registre-se a de evitar expor técnicos nativos a manifestações de repúdio local (...) (1996: 15).

Com o menemismo, o *entourage* de vários órgãos de Estado na Argentina passa a ser formado com quadros possuidores de características internacionalizadas, em detrimento de outra parcela de quadros formados, principalmente, nas universidades públicas tradicionais do país, o que evidencia um deslocamento espacial no campo da burocracia. O novo justicialismo no poder, com seu forte estofo liberal ortodoxo, demandou quadros de direção com um cabedal intelectual capaz de elaborar informações, defender as proposições de uma agenda estabelecida e levar a termo o projeto político-econômico consensuado.

Enfim, os quadros dirigentes internacionalizados, muitos deles de origem acadêmica, agem como se fossem intelectuais orgânicos de grupos identificados com um projeto de sociedade que o menemismo, como força político-partidária, contribuiu vigorosamente para implantar na Argentina. Seus compromissos estão aliados aos de seus empregadores. Quando são subordinados diretamente ao capi-

tal financeiro, suas tarefas exigem somente a estreita visão dirigida aos resultados. Seus objetivos são os objetivos do capital financeiro e suas alianças são as mesmas das de seu patrão. De acordo com O'DONNELL, "o capital financeiro que se impôs sobre nosso país tem gerentes, ideólogos e propagandistas muito bem remunerados. Porém não tem nem pode ter aliados sociais" (internet, 21 mar. 2001).

2. O Anti-Republicano Recrutamento de Quadros Públicos: O peso da história na Argentina e no Brasil.

Os quadros atuam como ponta de lança na renhida luta pela reforma de Estado. Nesse sentido, defendem os interesses de outros atores beneficiários das mudanças estruturais e institucionais no país e, assim fazendo, protegem seus próprios espaços de atuação. CANO, com muita propriedade, sentencia:

Sob o olhar atento dos donos da riqueza, máximos beneficiários das políticas públicas contemporâneas, o EM (Estado Malfeitor) promove e necessita da convivência e do mútuo reforço entre uma tecnoburocracia de extração diversa (e conversa) e o aparato partidário, patrimonialista de velho cunho, personalista e verticalista (1996: 19).

É necessário ressaltar, também, que a prática dos quadros públicos, muitas vezes, comporta características particulares e pouco modernas, inspiradas na forma de exercer o poder dos agrupamentos sociais oligárquicos. Pode-se verificar que o peso da história (evidenciado em um passado de mentalidade mandonista, nepotista ou clientelista) influencia os métodos de recrutamento dos quadros. Não é necessário mais que um exemplo gritante para a comprovação e para o dimensionamento da força da tradição na sociedade argentina. Veja-se o que reportou o jornal **Página/12** sobre uma particular mistura de nepotismo, depuração ideológica e preferência por quadros saídos das universidades privadas:

Catherina, Raúl, Silvia y Andrea não engrossam a lista de desempregados. Têm trabalho graças a Pedro Pou que os colocou em um lugar no Banco Central por tratar-se de parentes diretos de conhecidos seus. Catherina é a filha de Roque Fernández; Raúl é um dos sobrinhos de Carlos Menem; Silvia é sobrinha do sindicalista Jorge Triaca; e Andrea é filha do consultor econômico Miguel Angel Broda. No (Banco) Central, Catherina Fernández (a filha de Roque) trabalha como estagiária na área de gerência de pessoal com um salário de 40 pesos diários. Por sua parte, Andrea Broda pertence à carreira permanente do banco e é a segunda chefe na 'Divisão de Terceira', área dedicada às investigações econômicas. O sobrinho do Presidente da Nação integra o plantel estável e desde o princípio do ano é

auditor do Central. Silvia Triaca também faz parte da carreira permanente. Segundo consta na documentação oficial em poder da comissão interna do BC, os familiares dos próximos a Pou foram designados por ele, a autoridade máxima monetária, a partir de '94, em um grupo de 800 funcionários que foram se incorporando à entidade enquanto mal se concluía um processo de demissões voluntárias que havia sido aberto, supostamente, para diminuir o contingente de pessoal da entidade. A maior parte dos novos funcionários foram designados a dedo e alguns poucos tiveram que passar por uma seleção de ingresso, "levando em consideração possíveis vinculações com a diretoria do banco", comentou a este diário Carlos Pellegrini, secretário geral da comissão interna do BC [sem grifos no original] (EL BANCO, 17 jul. 1999, internet).

O Banco Central da República Argentina, por meio de seus mandatários máximos, fez opção pouco democrática de seleção de pessoal. Segundo a denúncia anteriormente descrita, sem contestação dos implicados, não houve um concurso público aberto para o provimento de cargos para a maioria das novas contratações. O patrimonialismo, o tráfico de influência e a depuração ideológica foram os critérios eleitos pela cúpula do independente BCRA.

Chama a atenção a tendência anteriormente descrita da transferência da responsabilidade da formação profissional dos quadros da administração pública para instituições valorizadoras de uma cultura eminentemente transnacionalizada, porém com um modo de recrutamento de estilo tradicional. Percebe-se que há uma mescla da novidade internacionalizante com o velho costume patronal. É a longa duração histórica que se plasma no presente processo de modernização dependente.

Dessa forma, o exemplo da renovação de quadros do BCRA ilustra bem o peso da história no processo de reforma de Estado na Argentina. Por fim, cabe ainda ressaltar, esses novos quadros cooptados para a administração pública não possuem a mesma trajetória universitária dos antigos funcionários, isto é, os novos admitidos têm trazido, em sua grande maioria, a marca de universidades privadas internacionalizadas, enquanto que os funcionários anteriores possuíam, em geral, diplomas expedidos por universidades públicas. De acordo com o periódico portenho,

a característica comum a todos era que haviam realizado seus estudos em universidades privadas, em especial no CEMA – de onde provém a equipe de Roque Fernández. "Houve uma conversão do pessoal ligado a uma concepção ideológica: saíram os quadros técnicos egressos da Universidade de Buenos Aires para entrarem aqueles que se formaram em entidades privadas preferidas pela equipe econômica", explicou Pellegrini. Na atuali-

dade, o BC emprega 2.100 pessoas, a mesma quantidade que há sete anos, antes de se iniciar a depuração [sem grifos no original] (EL BANCO, 17 jul.1999, internet).

Mais adiante será desenvolvida uma discussão especificamente sobre os quadros graduados pela Universidade do *Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina* (CEMA). Porém, agora, será feita uma comparação do tipo de recrutamento efetuado pelo Banco Central argentino com o processo de seleção iniciado pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Este abriu o concurso público, por intermédio do Edital nº01/2000, de 31 de janeiro de 2000, para contratar 300 analistas assim distribuídos: área contábil-financeira (253 vagas), pesquisa em economia e finanças (30) e informática (17). A remuneração inicial prevista para o primeiro ano era de R\$ 2.666,52 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos); no segundo ano, de R\$ 3.061,56 (três mil e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos) e, após, R\$ 3.496,20 (três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

O modo anti-republicano de depuração ideológica neste concurso fica evidente no Edital nº 01/2000, por duas razões: a primeira, por haver uma discriminação na prova de títulos, no que concerne à origem dos diplomas de doutorado, privilegiando-se a contratação de quadros formados em universidades norte-americanas. Veja-se o que diz a tabela de atribuição de pontos para a avaliação de títulos para a área de pesquisa em economia e finanças, constante no item 8.20.3 do mencionado Edital:

a) Título de doutor em Economia em escolas definidas conforme a listagem constante do Anexo III deste edital, título de doutor em Administração e/ou Finanças, nas universidades constantes do Anexo IV deste edital, ou título de doutor em Economia, nas universidades com programas de pós-graduação em Economia com pontuação maior ou igual a 6 (seis) na atual avaliação da CAPES. Valor de cada título: 25,00 pontos. Valor máximo dos títulos: 25,00 pontos.

b) Título de doutor em Economia, Finanças e/ou Administração, Matemática e/ou Estatística, somente em casos de candidatos não enquadrados na alínea “a”. Valor de cada título: 5,00 pontos. Valor máximo dos títulos: 5,00 pontos (BACEN, 28 mar. 2000a, internet).

Um dos nós da discriminação da orientação acadêmica está no fato de que os candidatos enquadrados na alínea “a” receberão a pontuação máxima de 25 pontos por seus títulos de doutor, enquanto que os portadores dos diplomas de doutor expedidos pelos programas de pós-graduação não listados no Edital terão somente 5 pontos na avaliação de seus currículos. Os dois anexos mencionados anterior-

mente trazem a lista com 45 programas de pós-graduação em nível de doutorado estrangeiros (38 na área de economia e 7 na área de administração e/ou finanças) ministrados em 37 diferentes universidades. Por exemplo, o Anexo III (economia) classifica 33 programas em universidades norte-americanas, 3 no Reino Unido, 1 na Bélgica e 1 na Espanha. Os títulos brasileiros de doutorado em condições de receber os 25 pontos são originários de somente 5 instituições universitárias: FGV-Rio, PUC-Rio, UFRGS, UnB e USP, ou seja, exclusivamente aqueles provenientes de programas de pós-graduação com notas superior ou igual a 6, segundo a avaliação da CAPES⁷.

Dessa maneira, fica claro que o perfil requerido pelo BACEN para o cargo de analista na área de pesquisa em economia e finanças é de um quadro transnacionalizado que tenha uma formação acadêmica baseada eminentemente na cultura internacional norte-americana. Confirme com GASPARI:

O doutor Armínio Fraga andou exagerando na neocolonização do pensamento econômico nacional. O Banco Central abriu um concurso para a contratação de 300 funcionários de nível superior (...). Os interessados deviam provar conhecimentos gerais, familiaridade com a língua inglesa e exibir títulos acadêmicos. Até aí tudo bem. Na prova de títulos, à qual se deu um peso superior ao costumeiro, o BC informou que daria 25 pontos a quem tivesse diploma de pós-graduação em 37 universidades selecionadas por seus sábios. Aos demais canudos, dariam cinco pontos. As faculdades do andar de cima dividiam-se em dois grupos. Num, ficaram 38 universidades estrangeiras (33 americanas, três inglesas, uma belga e uma espanhola). No outro, as cinco escolas brasileiras que tiraram a nota máxima na última avaliação acadêmica feita pela Capes (FGV-Rio, PUC-Rio, UFRGS, UnB e USP) (08 mar. 2000, internet).

7 ANEXO III-Instituições cujos cursos pontuam para a avaliação de títulos dos candidatos à área de Pesquisa em Economia e Finanças. DOUTORADO EM ECONOMIA: Estados Unidos da América (Philosophy Doctor – PhD): *Harvard University (MA), Brown University (RI), Massachusetts Institute of Technology, Johns Hopkins University (MD), Stanford University (CA), New York University, Princeton University (NJ), University of Maryland – College Park, University of California – Berkeley, University of Texas – Austin, University of Chicago, University of Virginia, Yale University (CT), Boston University, Northwestern University (IL), University of Illinois – Urbana-Champaign, University of Pennsylvania, University of North Carolina – Chapel Hill, University of Minnesota – Twin Cities, Ohio State University – Columbus, University of Wisconsin – Madison, University of California – Davis, University of California – Los Angeles, University of Iowa, University of Michigan – Ann Arbor, University of Washington, California Institute of Technology, Cornell University (NY), Columbia University (NY), Carnegie Mellon University (PA), University of California – San Diego, Duke University (NC), University of Rochester (NY).* Reino Unido (Philosophy Doctor – PhD): *London School of Economics and Political Science, University of Oxford, University of Cambridge.* Bélgica (Doutorado de Estado): *Center for Operations Research and Econometrics – CORE.* Espanha (Doutorado): *Universitat Pompeu Fabra.*

ANEXO IV - DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO E/OU FINANÇAS: Estados Unidos da América (Philosophy Doctor – PhD): *University of Pennsylvania (Wharton), Columbia University, Northwestern (Kellogg), Stanford University, University of Chicago, New York University (Stern).* Reino Unido (Philosophy Doctor – PhD): *London Business School* (BACEN, 28 mar. 2000a, internet).

É desnecessário descrever as linhas de pesquisa e a orientação acadêmica hegemônica nestes programas de pós-graduação. A honesta lembrança de GASPARI da marginalização do Instituto de Economia da Unicamp pelos fazedores de editais do BACEN é o bastante: “Como se vê, ficou de fora a maldita Unicamp, casa de Asmodeu, da qual nenhum professor passou pela porta giratória que pega os sábios na ekipekonômica e os deixa na banca internacional” (*ibid.*, 08 mar. 2000, internet).

A segunda evidência de existência de filtro ideológico no Edital nº 01/2000 do BACEN do concurso público para o cargo de analista é a valorização decuplicada dos artigos publicados nas revistas constantes do anexo V⁸. Reza o referido Edital:

- a) *Publicações de trabalhos científicos em periódicos internacionais e/ou nacionais, com conselho editorial, em revistas constantes do Anexo V deste edital. Valor de cada artigo 2,50. Valor máximo dos artigos 10,00 pontos.*
- b) *Publicações de trabalhos científicos em periódicos internacionais e/ou nacionais, com conselho editorial, excluídas as revistas relacionadas no anexo V deste edital. Valor de cada artigo 0,25. Valor máximo dos artigos 1,00 ponto (BACEN, 28 mar. 2000a, internet).*

Conforme se pode verificar na lista de títulos, a necessidade de publicar em língua inglesa é essencial. São 72 revistas estrangeiras e somente 7 revistas brasi-

8 ANEXO V - Revistas científicas (*Journals*) nas quais a publicação de trabalho(s) pontua para a avaliação de títulos dos candidatos à área de Pesquisa em Economia e Finanças.

ESTRANGEIRAS - *Journal of Financial Economics*, *Scandinavian Journal of Economics*, *Econometrica*, *Public Choice*, *Journal of Political Economy*, *Journal of Comparative Economics*, *Journal of Monet. Econ.*, *Econometric Theory*, *Quarterly Journal of Economics*, *Journal of Legal Studies*, *Review of Economic Studies*, *Journal of Urban Economics*, *American Economic Review*, *Journal of Labor Research*, *Journal of Economic Theory*, *Journal of Development Economics*, *Journal of Finance*, *Southern Economic Journal*, *Journal of Economic Literature*, *Cato Journal*, *Journal of Accounting and Economics*, *Canadian Journal of Economics*, *Journal of Economic Perspectives*, *Journal of Health Economics*, *Journal of Business*, *Oxford Economic Papers*, *Journal of Mathematical Economics*, *Journal of Macroeconomics*, *Journal of Econometrics*, *Kyklos*, *Bookings Papers on Economic Activity*, *American Journal of Agricultural Economics*, *Journal of Labor Economics*, *Public Finance*, *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, *Industrial Relations*, *International Economic Review*, *British Journal of Industrial Relations*, *Journal of Law and Economics*, *Public Finance Quarterly*, *American Economic Review Papers & Proceedings*, *Journal of Economic Dynamics and Control*, *Journal of Public Economics*, *Demography*, *Journal of the American Statistical Association*, *Journal of Human Resources*, *Journal of Business and Economic Statistics*, *Social Choice Welfare*, *Journal of International Economics*, *Industrial and Labor Relations Review*, *Economic Journal*, *Journal of Economic Education*, *Review of Economic Statistics*, *Economic Inquiry* (*Western Economic Journal*), *Journal of Industrial Economics*, *International Journal of Industrial Organization*, *Journal of Banking and Finance*, *Journal of Money, Credit, and Banking*, *Economic Letters*, *Journal of Financial Research*, *Journal of Economic History*, *Explorations on Economic History*, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, *Journal of Risk and Insurance*, *Journal of Accounting Research*, *European Economic Review*, *Economica*, *Journal of Economic Behavior and Organization*, *Bell Journal of Economics* (*Rand Journal of Economics*), *Journal of the Royal Statistical Society, Series A – General*, *Journal of the Royal Statistical Society, Series B – Methodology*, *Manchester School of Economic and Social Studies*.

NACIONAIS: *Revista Brasileira de Economia*, *Estudos Econômicos*, *Revista de Econometria*, *Economia Aplicada*, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, *Revista de Economia Contemporânea*, *Revista de Economia Política* (BACEN, 28 mar. 2000a, internet).

leiras. A aceitação de artigos por conselhos editoriais de determinados periódicos, isto é, o trânsito acadêmico internacionalizado por intermédio de um passaporte carimbado pela epistemologia atualmente dominante, fornece a primazia na pontuação na prova de títulos do BACEN. Prestigiosas revistas, porém não tão ortodoxas, foram desconsideradas pelos dirigentes do Banco Central do Brasil. Para GASPARI, houve sim “discriminação política”:

A exclusão de pelo menos três publicações denuncia discriminação política. Ficaram de fora as revistas da Unctad e da Cepal, onde FFHH conseguiu amparo para comprar o “amargo caviar do exílio”. Sobrou também “El Trimestre”, editado pela Fondo de Cultura, do México. Dentre as publicações brasileiras, rebarbaram a da maldita Unicamp e as de todas as universidades federais, salvo a “Revista de Economia Contemporânea”, da UFRJ (08 mar. 2000, internet).

O novo grupo que está no poder no Estado brasileiro e, por extensão, nas várias instâncias governamentais, procura selecionar e recrutar quadros fiéis aos preceitos do ordenamento econômico-social atualmente dominante. Para isso estipulou, para o caso do concurso do BACEN, requisitos acadêmicos semelhantes aos dos altos quadros da economia encastelados na máquina de poder no Brasil, procurando reproduzir o fiel grupo liberal ortodoxo formado, principalmente, nas escolas americanas. GASPARI observa:

Os critérios de titulação inventados pelo Banco Central destinavam-se a favorecer os candidatos com formação acadêmica semelhante à que a ekipekonômica supõe ter. Tratou-se de triagem ideológica, feita por gente que nem história sabe. Se soubesse, lembraria que o fato de FFHH trabalhar na Cepal já foi considerado nódoa. (“Fiel súdito de Moscou”, para o Centro de Informações da Aeronáutica.) [sem grifos no original] (ibid., 08 mar. 2000, internet).

•

A discriminação dos diplomas de Doutorado foi revista pelo BACEN, após forte pressão do Conselho Federal de Economia. Esse tipo de segregação social, além de se constituir em flagrante crime de discriminação, logo um delito que atenta mesmo contra a Constituição brasileira, atingiu a grande parte dos atores sociais do campo das ciências econômicas. Muitos economistas seriam lesados ou beneficiados por essa novidade nas regras do jogo: para o primeiro edital do concurso do BACEN, a posse de títulos acadêmicos de determinadas instituições universitárias eleitas pela tecnocracia econômica representava explicitamente um capital social e cultural de valor mais elevado. Tal discriminação foi abolida pelo edital nº03/2000, de 18/02/2000:

1.1 O Quadro de Atribuições de Pontos para a Avaliação de Títulos – Área 2 – Pesquisa em Economia e Finanças, alíneas a e b, constante do subitem 8.20.3, que passa a vigorar com a seguinte redação:

a) Título de doutor em Economia, Administração e/ou Finanças. 25,00

b) Título de doutor em Matemática e/ou Estatística. 5,00 (BACEN, 28 mar. 2000b, internet).

Entretanto, continuou vigorando a discriminação aos candidatos que publicaram artigos em revistas que não as constantes no *index* dos mandatários do Banco Central do Brasil. O concurso na realidade foi dirigido aos candidatos com um currículo transnacionalizado (para não dizer norte-americanizado). Assim, muitos quadros de nível superior segregados em virtude de não possuírem capital cultural-acadêmico demandado no Edital nº 01/2000, parcialmente retificado em data próxima ao encerramento das inscrições, preferiram não concorrer às vagas. Houve, em parte, uma auto-seleção prévia, pois os quadros não contemplados na avaliação preliminar de seus currículos, por não serem portadores de distinção transnacionalizante, foram persuadidos a não participar do Concurso do BACEN. GASPARI comenta:

Antes da mudança das regras, um cidadão com diploma de uma universidade federal brasileira com quatro artigos publicados na revista da Unicamp, poderia sentir-se inibido, pois teria apenas seis pontos na prova de títulos. Com a mudança, tem 25, mas as inscrições fecharam-se. Nesse caso, a seleção colonial terá funcionado por dissuasão (08 mar. 2000, internet).

A distinção fornecida pelos títulos universitários, neste caso provenientes de escolas internacionais na área econômico-financeira ou de gestão, une pela identidade comum os quadros já empossados em cargos públicos e os candidatos a entrar na mesma carreira. Exige-se no Brasil, para o preenchimento de cargos públicos, a realização de concursos abertos. Por isso, os quadros transnacionalizados no poder valeram-se da prova de títulos, com a valorização diferenciada dos títulos partilhados em comum entre pretendentes e efetivos, para legalizar e legitimar a reprodução da elite “norte-americanizada” hegemônica. BOURDIEU, ao tratar da relação entre os sistemas de ensino e os sistemas de pensamento, assinala que

os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola, partilham um certo “espírito”, literário ou científico: o moldado pela Escola Normal Superior ou aquele moldado pela Escola Politécnica. Tendo sido moldado segundo o mesmo “modelo” (pattern), os espíritos assim modelados (patterned) encontram-se predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas (1987: 206).

Após essa incursão sobre o processo seletivo do Banco Central do Brasil, é possível perceber que, a exemplo do recrutamento do BCRA, existem modos, implícitos ou explícitos, de beneficiar os membros homólogos da família acadêmica. Para o Brasil e a Argentina, atualmente, algumas instituições universitárias nacionais e certos programas de pós-graduação norte-americanos têm cumprido um papel semelhante ao sistema de *grandes écoles* para a França na reprodução das elites dirigentes ou, ao menos, para não se fugir do foco de análise, na reprodução dos quadros dirigentes no campo da economia e finanças. Na França, para BOURDIEU, existem íntimas ligações entre o campo de poder e o campo das “grandes escolas”.

A confrontação constante e prolongada com condiscípulos dotados de disposições semelhantes ou de parentesco reforça em cada um as disposições e os valores compartilhados e, por consequência, a autoconfiança. (...) De todos os grupos sociais, as corporações constituídas tendo por base a escolaridade, que são instituídas pela posse de um título e de uma identidade comum por indivíduos reunidos por semelhanças sociais muito fortes, assim reconhecidos e legitimados, são sem dúvida aqueles que se parecem mais à família (BOURDIEU, 1989: 257).

Certamente, não se quer dizer que haja uma estratégia previamente pensada de reprodução do grupo social ou de arrebanhamento dos iguais; na realidade, o *habitus* dos quadros dirigentes motoriza as práticas e atitudes que satisfazem às suas expectativas subjetivas e/ou às dos grupos ou classes sociais a que pertencem⁹. BOURDIEU explica que

Falar de estratégias de reprodução não é atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, no interior de si mesmos, de perseverar. É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim, de tal modo que essas práticas contribuem para a reprodução do capital possuído. Isto porque essas ações têm por princí-

9 Conceito de *habitus* para BOURDIEU: “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro” (BOURDIEU *apud* MICELI, 1987: XL). “(...) sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados” (*ibid.*: XLI).

pio o habitus, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando, nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução (1989: 386-387).

3. O Papel dos MBAs na Formação de Quadros Transnacionais: o caso da *Universidad del CEMA*

Neste item, procurou-se estudar uma instituição de ensino superior comprovadamente provedora de quadros para a administração governamental sob o menemismo. Em virtude da intimidade entre os dirigentes do Ministério da Economia e do Banco Central argentinos com a *Universidad del CEMA*, como já se pôde constatar anteriormente, foram analisados 36 (trinta e seis) currículos disponibilizados pelos arquivos desta universidade privada¹⁰. Fazem parte dessa amostragem de currículos somente quadros que freqüentam ou freqüentaram cursos de pós-graduação em nível de mestrado, geralmente inspirados no formato do internacional *Master in Business Administration* (MBA), entretanto com uma duração mínima de 2 (dois) anos¹¹.

Verificou-se que nesta extração estatística, todos se declararam, sem exceção, proficientes em pelo menos uma língua estrangeira, das quais o inglês foi citado como o primeiro idioma estrangeiro por 100% dos quadros. Como segunda língua estrangeira, o português vem anotado por quatorze pessoas (38,8%), seguida pelo francês, com sete citações, enquanto o italiano e o alemão apareceram três vezes nos currículos profissionais e o hebraico apresentou-se como dominado por uma pessoa.

10 Foram seguidos os seguintes caminhos e critérios: dia 14/09/1999, fez-se uma pesquisa por meio da internet, através da home-page <<http://www.cema.edu.ar>>, no banco de dados da *Universidad del CEMA* e abriram-se três conjuntos de currículos, contendo uma quantidade variável de documentos. Pelo critério adotado, deu-se preferência como amostra os doze primeiros nomes que apareciam na tela. O conjunto "a", de 12 currículos, foi extraído de um total de 49, originados a partir da palavra-chave "GESTIÓN". O conjunto "b" foi formado por outros 12, de um total de 31, a partir de busca relativa aos objetivos dos pretendentes: "ACADEMIA-ENSEÑANZA-INVESTIGACIÓN". Por fim, o terceiro conjunto de 12 currículos surgiu da busca também referente aos objetivos dos candidatos ("ADMINISTRACIÓN FINANCIERA"), extraídos de um total de 179 currículos.

*Obs. O banco de currículos da *Universidad del CEMA* compreendia, em 14/09/1999, os seguintes mestrados: *Master en Dirección de Empresas*, *Master en Economía*, *Master en Finanzas*, *Master en Agribusiness*, *Master en Dirección Bancaria* e *Master en Economía de Gobierno*.

¹¹ Cabe destacar que algunos de los rasgos que presentan los programas de estudio de las maestrías se vinculan con exigencias del proceso de acreditación de los posgrados a través de la CONEAU y según disposiciones del Ministerio de Cultura y Educación. Así, además de las 160 horas mínimas de tutoría e investigación, la resolución n° 1.168/97, del 11 de julio de 1997 determina que, para que una maestría pueda ser acreditada, debe tener una carga horaria mínima de 540 horas reales dictadas. Por otra parte, se debe realizar un trabajo, proyecto, obra o tesis de maestría. No cabe, por tanto, el modelo de maestrías sin tesis, como es muy frecuente entre las maestrías profesionales de Estados Unidos (GARCÍA DE FANELLI, 2000: 32).

Tabela 1-FREQÜÊNCIA DA LÍNGUA CITADA

Inglês		Português		Francês		Italiano		Alemão		Hebraico	
36	100%	14	38,8%	7	19,4%	3	8,3%	3	8,3%	1	2,7%

Fonte: Universidad del CEMA.

*Anotou-se a freqüência de línguas citadas nos currículos, razão pela qual a quantidade passa de 36.

No item “experiência profissional” é preponderante a passagem desses quadros pela iniciativa privada. Do total de 36 currículos apresentados, 33 possuem experiência na esfera privada e 10 no serviço público e, surpreendentemente, no conjunto “b”, “ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA”, todos os pós-graduandos foram empregados em empresas multinacionais. Para esse grupo, a vida profissional transnacionalizada se deu em período anterior ou concomitante ao *Master* da *Universidad del CEMA*.

Outra revelação que esses 36 currículos profissionais fornecem é o aparecimento, no sistema de educação superior argentino, de uma novidade acadêmica: a “etiquetagem” do graduado. Como se pode verificar, quase dois terços dos pós-graduandos do CEMA freqüentaram o curso superior em universidades públicas. Isto mostra que essa instituição privada assumiu a curiosa função de dar o verniz transnacionalizado para a formação dos quadros ou, em outras palavras, usando a linguagem empresarial, o CEMA tem dado o acabamento final aos “produtos” vindos, na maioria das vezes, da universidade pública, aplicando uma espécie de selo de controle de qualidade transnacional aos novos quadros dirigentes.

Tabela 1-RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO

Natureza	Universidade-Graduação		Experiência profissional*	
Pública	25	69,4%	10	27,7%
Privada	11	30,6%	33	91,6%

Fonte: Universidad del CEMA

*Muitos tiveram ou têm dupla militância, nas esferas pública e privada.

Este procedimento de retoque final na formação educativa tem por finalidade fornecer uma espécie de cultura internacionalizada aos quadros dirigentes, além de certificar com selo de qualidade internacional os quadros dirigentes que tiveram sucesso em seus cursos de mestrado. Em âmbito geral, o conhecido MBA, cuja origem é americana¹², tem cumprido essa função para os quadros. Certamente, vale lembrar que os níveis mais altos de pós-graduação, como o doutorado em determinadas universidades de referência mundial, são os instrumentos, hie-

12 [...] os MBAs foram criados no início do século nos Estados Unidos da América porque as empresas quiseram iniciar seus engenheiros nos prazeres e nas obrigações da gestão [não se falava ainda de *management*] (VALAT; ZENNOU, 02 nov. 1999: 40).

rarquicamente mais importantes, que formam essa nova consciência internacionalista. Em geral, os acadêmicos provenientes dos programas de pós-graduação (nível de doutorado), localizados em centros de excelência, serão os professores dos mestrados e MBAs.

Após a análise de uma amostragem de currículos de alunos e egressos de cursos de pós-graduação da Universidade do CEMA, apoiados em um dos instrumentos-símbolo da modernidade internacionalizada (a internet) e utilizando o método da eleição de currículos pela palavra-chave, deve-se mencionar a existência de outro meio para analisar o perfil do corpo discente dos programas de pós-graduação da Universidade do CEMA: a forma impressa do *Libro de Currículum Vitae*.

Este livro é também uma importante fonte de pesquisa, porque compila aproximadamente 50% dos currículos de 1.870 diplomados por essa universidade, com informações sobre a formação universitária, a experiência profissional, o nível de fluência em idiomas estrangeiros, o domínio de programas (*softwares*) de computadores, as referências pessoais e outras atividades, como cursos suplementares frequentados, esportes e *hobbys*. A Universidade do CEMA trata com atenção especial esse tipo de publicação, tanto na forma impressa como na virtual (internet). O livro de currículos da Universidade do CEMA cumpre claramente dois papéis: como um portfólio expositivo (*book*) de profissionais modelos e, também, como uma espécie de livro consagrado à família CEMA, como se figurar neste álbum universitário fosse um atestado genético de comprovada qualidade na formação profissional. Assim se manifesta o editor:

Nos últimos nove anos, este foi um importante veículo para que, por um lado, nossos graduados tenham acesso a uma exposição permanente, tendo em vista novas oportunidades de desenvolvimento profissional e, por outro, para que importantes empresas de nosso meio possam se aproximar, da forma mais direta possível, de recursos humanos altamente qualificados (CEMA, 2000a: 2).

A forma de ingresso, a limitação do número de estudantes por turma (*numerus clausus*), a cobrança de altas taxas (*aranceles*) para a manutenção da matrícula e um corpo docente internacionalizado são, de início, características distintivas desta universidade privada, que são comuns tanto para o nível de graduação como para o de pós-graduação. Vale analisar cada uma dessas particularidades exclusivas da Universidade do CEMA relativas aos cursos de mestrado (*masters*).

Para ser admitido como aluno de pós-graduação nessa instituição privada é necessário que o candidato seja aprovado em um exame de ingresso e de proficiência em língua inglesa, submeta seu currículo para análise, junte duas cartas de apresentação e submeta-se a entrevistas.

Os candidatos aos Programas devem possuir diploma de curso universitário de uma universidade reconhecida. É requisito necessário ter pleno domínio na leitura em língua inglesa. No exame de ingresso (para todos os programas, exceto para o Mestrado em Economia) se avaliam aptidões e capacidade lógica, assim como conhecimentos matemáticos e compreensão de textos em língua inglesa. No exame de ingresso do MAE [Mestrado em Economia], são avaliados os conhecimentos e a capacidade de aprendizagem nas áreas de Teoria dos Preços, Macroeconomia e Matemática (CEMA, 2000b: 106).

As turmas do mestrado se formam a partir dos aprovados no processo seletivo já descrito, respeitando-se o limite da estrutura física da universidade – cada sala comporta em média 40 alunos – e a disponibilidade dos professores alocados à docência do referido mestrado. A flexibilidade na organização dos cursos da Universidade do CEMA viabiliza modularmente o cumprimento da carga horária requerida. No mestrado em Administração de Empresas (*Maestría en Dirección de Empresas*), por exemplo, as disciplinas são ministradas trimestralmente. Para o cumprimento integral das matérias, o mestrando deve seguir três trimestres anuais, de doze semanas cada um, durante dois anos, devendo assistir a duas aulas semanais das 18h30 às 21h30 (aluno *part-time* - tempo parcial). O pós-graduando pode cumprir os créditos em apenas um ano (aluno *full-time* - tempo completo); para isso, deve ser aprovado em quatro cursos por trimestre. Para os casos especiais, há uma turma extra, com duração de dois anos, que tem aulas somente às sextas-feiras, das 14h às 20h30 (CEMA, 2000b: 59). Uma vez cumprida a carga horária requerida em sala de aula, o aluno deverá elaborar uma dissertação de Mestrado (*tesina de maestría*), no prazo máximo de um ano após a aprovação na última matéria cursada (*ibid.*: 59).

Quanto custa estudar na Universidade do CEMA? Para o ano acadêmico de 2001, os mestrados em Administração de Empresas (MADE), em Economia (MAE), em Administração Bancária (MDB), em Agronegócios (MAG) e em Finanças (MAF) têm seus preços fixados em U\$16.000 (dezesseis mil dólares).

Tabela 1-CRONOGRAMA DE PAGAMENTO - Universidade do CEMA (ano: 2001)

Alunos tempo parcial (<i>part-time</i>)		Alunos tempo completo (<i>full-time</i>)	
1.500	Reserva da vaga	1.500	Reserva da vaga
3.500	Antes de 30.03.2001	4.000	Antes de 30.03.2001
3.500	Antes de 29.06.2001	5.000	Antes de 29.06.2001
3.500	Antes de 28.09.2001	5.500	Antes de 28.09.2001
4.000	Antes de 28.03.2002	---	---
16.000	Total	16.000	Total

Fonte: CEMA, 2000b: 107

O corpo docente da Universidade do CEMA tem uma formação em nível de pós-graduação basicamente no estrangeiro. Dos 111 professores, 55 exibem títulos expedidos por universidades com sede fora da Argentina, dos quais 46 são diplomas originários dos Estados Unidos da América e, ressaltando-se, a Universidade de Chicago sozinha foi a escola de pós-graduação para 17 professores. Além disso, a Universidade do CEMA conta com um Conselho Assessor Acadêmico composto por nove membros; com exceção de um professor da Pontifícia Universidade Católica do Chile, todos são professores e pesquisadores lotados em instituições americanas¹³.

Não se passa diferente com a formação das autoridades acadêmicas. Dos 12 dirigentes universitários, 9 cursaram o doutorado em universidades estrangeiras; desses, novamente, deve-se notar que a Universidade de Chicago titulou 4 mandatários da Universidade do CEMA com o título de *Ph.D. in Economics*.

Quadro 1-AUTORIDADES ACADÊMICAS – Universidade do CEMA

Nome	Cargo	Formação
Carlos A. Rodriguez	Reitor	<i>Ph.D. in Economics-University of Chicago</i>
Edgardo E. Zablotsky	Vice-Reitor	<i>Ph.D. in Economics-University of Chicago</i>
Marcos Galacher	Secr.Acadêmico	<i>Ph.D. in Ag.Economics-Univ. of Kentucky</i>
Tracy Mincey	Secr.Geral	<i>Ms. in International Business-USC</i>
Jorge Streb	Diretor Pesquisas	<i>Ph.D. in Economics-Univ.Calif-Berkeley</i>
Mariano Grondona	Diretor Dept.C.Políticas	<i>Dr. en Derecho-UBA</i>
Ricardo Pantazis	Dir.Dept.Mat.-Informát.	<i>Ph.D. in Computer Science-Duke University</i>
Mariana Conte Grand	Dir.Dept.Economia	<i>Ph.D. in Economics-UCLA</i>
Enrique Yacuzzi	Dir.Dept.Dir.EMPRESAS	<i>Ms. Management-MIT e PhD Kobe Univ.</i>
Roque Fernandez	Dir.Dept.Contabilidade	<i>Ph.D. in Economics-University of Chicago</i>
Luisa Montuschi	Coord.Mestr.Dir.Empr.	<i>Dr. en Ciencias Economicas-UBA</i>
Jorge Avila	Coord.Mestr. Dir.Banc.	<i>Ph.D. in Economics-University of Chicago</i>

Fonte: CEMA: 2000b: 7.

13 Por força da Resolução nº 01/2000, de 01.02.2000-CEMA, foi criado o Conselho Assessor Acadêmico com a função de colaborar com as autoridades acadêmicas da Universidade do CEMA no que se refere à planificação, ao desenvolvimento e à avaliação dos programas e/ou cursos da instituição. Segundo esta resolução, “*Los miembros del Consejo Asesor son personas notables dentro de la comunidad académica; mantienen una estrecha relación con la Universidad desde su origen, habiendo colaborado con las autoridades académicas en la atención permanente de consultas relacionadas con la planificación y el desarrollo de los programas así como en el dictado de seminarios, cursos, conferencias e integrando, alguno de ellos, el Comité Editorial del Journal of Applied Economics de la Universidad del CEMA* (CEMA, 2000b: 7). SÃO MEMBROS DO CONSELHO ASSESSOR ACADÊMICO: 1. Pablo T. Spiller, Jor Shoonng Profesor of International Business, Walter Haas School of Business, University of California, Berkeley; 2. Robert J. Barro, Robert C. Waggoner Professor of Economics at Harvard University, Senior Fellow of the Hoover Institution; 3. Vittorio Corbo, profesor titular, Instituto de Economia, Pontificia Universidad Católica de Chile; 4. Rudiger Dornbusch, Ford Professor of Economics and International Management, MIT, Department of Economics; 5. Leonardo Auernheimer, Professor of Economics, Texas A&M University; 6. Edmund S. Phelps, McVickar Professor of Economics, Columbia University; 7. Sebastian Edwards, Henry Ford II Professor of International Business Economics, Research Associate, National Bureau of Economics Research; 8. Guillermo Calvo, Distinguished University Professor, Director of the Center for International Economics at the University of Maryland; 9. Larry Sjaastad, Professor of Economics, Department of Economics, University of Chicago. (CEMA, 2000b: 7).

Essa universidade privada recebe regularmente professores visitantes. No ano acadêmico de 2000, entre outros convidados, o CEMA destaca publicamente a vinda de nove docentes, todos com curso de doutorado completo em universidades americanas: Samuel Berlinski, Ana Corbacho, Eduardo Ganapolsky, Eugenio Giolito, Federico Guerrero, Fabiana Penas, Juan Carlos Rodriguez, Raul Susmel e Andres Vinelli (CEMA, 2000b: 9).

A formação doutoral dos 11 professores do Mestrado em Economia é também um forte exemplo da internacionalização da Universidade do CEMA. São 10 professores com *Ph.D.* em Economia por universidades americanas; há somente um doutor pela Universidade de Buenos Aires. Essa intensa relação com o mundo acadêmico internacional, basicamente norte-americano e, principalmente, vinculado ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago, enseja um paradoxo: por um lado, revela a forte influência/dependência da produção acadêmica anglófona e ultra-liberal e, por outro, é justamente essa característica que se torna uma justificativa decisiva para que acadêmicos e quadros profissionais optem por seus programas de pós-graduação. O mestrando e pesquisador do CONICET, Flavio BUCHIERI, respondendo a pergunta “Por que você escolheu a Universidade do CEMA?”, revela:

Escolhi o CEMA pelo conteúdo do programa do seu “Master en Economía”, do prestígio de seus professores, do rigor acadêmico e das vinculações com o resto do mundo acadêmico e profissional, tanto do país como do exterior (apud CEMA, 2000b: 83).

Juan Cruz PERUSIA, aluno do Mestrado em Economia, consultor do Ministério da Cultura e Educação, anteriormente lotado no Ministério de Economia, assim responde à mesma pergunta:

Minha opção pela Universidade do CEMA para realizar o mestrado em economia não se baseou em apenas uma característica do programa, mas se fundamentou em vários fatores, que, avaliados em seu conjunto, colocaram o CEMA em primeiro lugar dentre as demais opções. Entre esses fatores, devo destacar a tradição de quase vinte anos do mestrado, a sólida formação e a trajetória dos seus professores, o equilíbrio dos conteúdos curriculares de micro e macroeconomia do programa e o reconhecimento da qualidade da formação do CEMA nos âmbitos profissional e acadêmico (ibid.: 84).

O Mestrado em Administração de Empresas (*dirección de empresas*) é o maior e mais tradicional na Universidade do CEMA. No ano de 1999 havia 545 alunos matriculados. O mestrando desse programa é predominantemente do sexo masculino, já não é tão jovem e também não é oriundo, em sua maioria, das humidades:

Tabela 1-IDADE E GRADUAÇÃO DOS ALUNOS DO MADE (CEMA)

Idade (anos)	Porcentagem
≤ 26	8%
27-28	22%
29-30	20%
31-32	19%
33-34	11%
35 ≥	20%

Título de graduação	Porcentagem
Engenharia	27%
Contabilidade	26%
Administração	18%
Sistemas	11%
Ciências Agrárias	5%
Economia e Finanças	4%
Cs.Exatas/Naturais	4%
Outros	5%

Fonte: CEMA, 2000b: 59

A Universidade do CEMA construiu programas de pós-graduação dirigidos a quadros profissionais bem sucedidos, interessados em dar um acabamento internacional à sua formação universitária, com a finalidade de adaptá-los aos novos paradigmas hegemônicas no mundo capitalista. O MADE, MAE, MDB, MAG e o MAF têm o formato de mestrados profissionais, inspirados nos MBAs, porém com uma duração teórica de dois anos.

O CEMA declara que o seu MADE é dirigido a graduados universitários interessados em potencializar sua capacidade administrativa e gerencial, conferindo o título de *Magister en Dirección de Empresas* (2000b: 58). Já o mestrado em Finanças (MAF) “é especialmente desenhado para quem, contando com alguma experiência profissional de sucesso, deseja aperfeiçoar-se tecnicamente, a fim de potencializar o desenvolvimento futuro de suas carreiras” (*ibid.*: 72). Não é diferente com o Mestrado em Avaliação de Projetos (MEP): seu objetivo é formar profissionais que vão ter a responsabilidade de avaliar projetos de investimento públicos ou privados (*ibid.*: 100). Neste mesmo sentido, o Mestrado em Administração Bancária (MDB)

foi especialmente desenhado para a formação integral e rigorosa de profissionais que trabalham, ou que aspiram trabalhar, em bancos e administradoras de fundos de pensões, e concede o título de “Magister en Dirección Bancária”. Na estrutura de seus cursos, como na escolha dos professores, prevaleceu a idéia de um equilíbrio entre a teoria e a prática (CEMA, 2000b: 88).

Uma certa diferenciação à tônica profissional dos programas de pós-graduação anteriormente mencionados está presente no Mestrado em Economia (MAE) que, além das finalidades de aperfeiçoamento na carreira escolhida, propõe-se a objetivos acadêmicos em nível de excelência internacional, com vistas a uma clientela que deseja formação de acordo com os mais altos padrões norte-americanos, sem a necessidade de sair fisicamente e de maneira compulsória do país. A Universidade do CEMA informa que

O mestrado em Economia é dirigido a graduados universitários em campos afins à economia que aspirem alcançar em nosso país um nível de formação de pós-graduação equiparável ao oferecido nas mais importantes escolas do mundo. O título outorgado é o de Magister em Economia. Este programa não pretende cobrir falências dos cursos de graduação. (...) O perfil dos egressos do mestrado não se limita à sólida formação acadêmica, como também à adequada capacitação para o manejo de instrumentos que permitam um bom desempenho profissional (...) (2000b: 80).

Os mestrados dirigidos aos quadros profissionais da gestão, administração, finanças e economia têm forte inspiração nos transnacionais MBAs. A inserção profissional no vasto mercado de capitais e negócios internacionais tem se dado mundialmente através dos MBAs. Reportagem do Jornal **Le Figaro** explicita:

No caminho da mundialização, os MBAs tornaram-se incontornáveis. Para existir em escala internacional, é necessário ter um reconhecimento e uma visibilidade internacional. Assim, os diplomas que não tenham um perfil estrangeiro têm pouca chance de sobrevivência. Os MBAs apresentam a vantagem única de se constituírem em uma formação de nível altamente reconhecida no mundo todo. A escola ou a universidade que os oferta – seja ela americana, francesa, espanhola, japonesa ou argentina –, o conteúdo dos cursos, o formato e o objetivo são sensivelmente idênticos (VALAT; ZENNOU, 13 sep. 1999: 105).

Esta concepção de curso consolida os MBAs como o meio favorável para a disseminação da cultura empresarial internacionalizada e como uma ferramenta para aqueles que querem tornar-se quadros dirigentes transnacionalizados. Segundo o mesmo diário francês, “neste novo contexto mundial, possuir uma cultura internacional, competências em gerenciamento e uma abertura para outros países não é mais considerado apenas como um trunfo, mas cada vez mais um pré-requisito necessário àqueles que querem fazer carreira” (*ibid.*: 105).

Os conteúdos internacionalizados dos MBAs devem ser ministrados por professores possuidores de capital acadêmico transnacionalizado e dirigidos a estudantes afeitos a essa nova aquisição. Afirma Jean-Loup ARDOIN, em entrevista ao jornal **Le Figaro**:

Na Europa, nos EUA, na Ásia ou na América Latina, o MBA é reconhecido como uma formação para a gestão de valor internacional. É o passaporte para uma carreira internacional. (...) Um bom MBA responde a muitos critérios: a formação deve ter um conteúdo internacional. O corpo de estudantes, assim como o corpo de professores, devem também ser internacionais (13 sep. 1999: 106).

A mais recente novidade com relação à tecnologia de ensino aplicada ao MBA refere-se à utilização da internet, não só como um meio rápido de comunicação e transmissão de dados, mas também como um acelerador da internacionalização e da competição entre as escolas. O decano da Universidade de Chicago, Willian KOOSER, confirma:

É verdade que as novas tecnologias facilitam a internacionalização. Nós abrimos um campus em Barcelona há 5 anos onde se ministra um MBA para executivos e nós vamos abrir um campus em Singapura no outono de 2000, oferecendo o mesmo programa. Graças às novas tecnologias, os indivíduos podem trabalhar juntos, participar em fóruns de discussão, comunicar-se por e-mail e ter acesso a uma grande massa de informações. Nós vamos também utilizar videoconferências nos campus. (...) A concorrência é dura, pois o mercado de ensino torna-se mundial e é necessário inovar para estar no top des tops. Mas a demanda por MBA continua a progredir. O mercado de MBA está em crescimento (02 nov. 1999: 40).

A partir dessas informações sobre a formação internacionalizada e os MBAs, é possível reportar ao caso argentino e perceber, com base em exemplos precedentes, que o seu serviço público tem incorporado funcionários com uma cultura de marca transnacional. Pode-se pensar que seja uma exceção o exemplo de recrutamento de novos funcionários do Banco Central da República Argentina, porém é mais provável que esteja em curso o desenho de uma nova tendência na administração pública, no sentido de admitir novos quadros diferenciados do plantel de funcionários de Estado e que sejam portadores de um *curriculum vitae* transnacionalizado. Deve-se observar que esses novos servidores têm uma cultura predominantemente internacionalizada e possuem uma formação que seria, potencialmente, dirigida à gestão de negócios privados, pois são quadros provenientes de escolas de gestão de empresas de caráter transnacional e privado.

Além disso, para demonstrar com mais propriedade a existência da intenção de formar quadros da administração pública em programas de pós-graduação privados de matiz internacional, o Governo menemista encomendou à Universidade do CEMA um *Master en Economía de Gobierno*.

O "Master em Economia de Governo" foi um programa específico para a formação de funcionários de carreira do setor público, ministrado entre 1995 e 1997. Dirigia-se a funcionários com curso superior completo, selecionados através de uma prova de avaliação técnica aplicada pelo ISEG (Instituto Superior dos Economistas do Governo) (CEMA, 2000a: 549).

Chama também a atenção o objetivo central desse Mestrado em Economia de Governo, que era claramente inspirado no espírito da moderna linguagem do *management* americano. Para a Universidade do CEMA, "o objetivo acadêmico

principal era a formação de gerentes de políticas públicas, com um enfoque indubitavelmente aplicado” (*ibid.*: 549).

O corpo docente do referido curso era de feição nitidamente internacional e a sua titulação proveniente em grande parte do exterior. Dos 19 professores, dez exibiam diplomas de pós-graduação de universidades estrangeiras (*University of Chicago, University of Califórnia at Berkeley, UCLA, Universidad Católica de Chile, Columbia University, Duke University, Cambridge University e London School of Economics*), dois professores possuíam mestrado em economia pelo próprio CEMA e somente cinco docentes eram portadores de títulos acadêmicos expedidos por uma universidade nacional, a UBA.

A opção por determinadas escolas de formação de quadros (e o conseqüente deslocamento desses profissionais no campo burocrático estatal) não é uma novidade. O Senegal, país da África francófona, teve, de maneira mais constrangedora, que mudar sua fonte acadêmica provedora de quadros para o serviço de administração pública, conforme registra NIANE:

A crise econômica e financeira que atravessa o Senegal após o começo dos anos 70 e que teria sido a origem do “Programa de reestruturação econômica e financeira” (1981-1985), e posteriormente do “Programa de ajustamento estrutural” (1985-1992), obrigou o governo a aceitar a injunção dos financiadores, em especial o Banco Mundial, concernente ao recrutamento de “especialistas” para enfrentar as deficiências constatadas nas gestões de sociedades do setor público e para-público dirigidas anteriormente por énarques¹⁴. Além disso, o Estado teve cada vez mais de se afastar das tarefas de gestão das empresas, qualificadas de “sacos sem fundos” (1992: 14-15).

Valendo-se de uma comparação arquitetônica, é possível dizer que, como em um campo de batalha, os quadros dirigentes são apenas a parte visível do *bunker*: a posição estratégica, o rigidíssimo teto intelectual, as bem localizadas janelas de observação e as invulneráveis paredes, verdadeiramente, são esteadas em fortíssimas colunas não aparentes. O esteio nessa nova arquitetura do bloco histórico dirigente, para utilizar uma expressão de Gramsci, é a burguesia transnacionalizada, formada principalmente pelos megadetentores do capital financeiro, pelas grandes corporações econômicas, envolvidas nos mercados de exportação e importação e de serviços, e pelas agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

14 Possivelmente, devido à influência da cultura francesa, os profissionais formados pelas escolas de administração pública mantidas pelo Estado senegalês também são chamados de *énarques*. Tal designação, originalmente, seria destinada somente aos antigos alunos da *ENA-École Nationale d'Administration*. Segundo o dicionário *Le Nouveau Petit Robert*, “*Énarque*” designa o (a) *ancien, (ancienne) élève de l'École nationale d'administration ou E.N.A.* (ROBERT, 1993: 751).

4. Considerações Finais

Os “intelectuais” que exprimem as idéias de uma classe e os “atores” econômicos e políticos são raramente os mesmos homens. Os porta-vozes frequentemente acreditam que estão dirigindo. Eles crêem que as pessoas seguem “suas idéias”, enquanto suas idéias, em certo sentido, são expressão do fato consumado, retardatariamente em relação a este fato, por meio de um vocabulário e de formas ideológicas pré-existentes, se inserindo em uma tradição específica (GUTERMAN, N.; LEFEBVRE, H., 1999: 201).

A reforma de Estado operada na Argentina sob a administração menemista (1989-1999) conduziu a um certo rearranjo na sociedade, com determinados atores sociais tendo valorizado seu capital cultural, principalmente o de forte predomínio de uma cultura de marca norte-americana. Assim, os quadros dirigentes com formação inter/multi/transnacional são exemplos de atores sociais possuidores de um tipo de capital cultural potencialmente apropriado para o modelo de sociedade gestado no último quartel do século XX.

Os quadros internacionalizados jogaram um papel fundamental no desenvolvimento do processo de transnacionalização por que passou a Argentina nos anos 90. Esses atores sociais especiais são os atuais “aríetes” da surda guerra que se desenrola com a mundialização. Esses quadros estão empregados no aparelho de Estado, em empresas privadas e nos chamados *think tank* (tanques de pensamento). Estes últimos, em particular, funcionam como intelectuais coletivos e têm sido os principais cérebros do reformismo econômico argentino. Nos anos de menemismo, dois *thinks tanks* se destacaram, a Fundação Mediterrânea, liderada pelo ex-ministro da economia Domingo Cavallo (1990-1996), e o CEMA, ligado ao ex-ministro da economia (1996-1999) e ex-presidente do Banco Central (1991-1996) Roque Fernández, ao ex-presidente do Banco Central Pedro Pou (1996-2001) e ao ex-secretário de política econômica (1996-1998) Carlos Alfredo Rodríguez. Sob o menemismo o CEMA cumpriu um duplo papel, como um *think tank*, isto é, um (re)produtor de idéias liberais ortodoxas para o governo Menem, e, também, como um formador de quadros para a atuação na iniciativa privada e na esfera pública.

Esses especiais atores sociais, os quadros com formação internacional (não só aqueles formados pelo CEMA), puderam beneficiar-se das oportunidades abertas pelo movimento de mundialização e “financeirização” da sociedade argentina por meio da ocupação dos espaços sociais abertos pela transnacionalização das empresas privadas, pela mudança do papel do Estado, pela privatização das empresas estatais, pela regionalização sócio-econômica a partir do MERCOSUL, pela desregulamentação do mercado de capitais, pela livre conversão da moeda, pela consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo forte incre-

mento do financiamento estrangeiro do Estado argentino, através das emissões de títulos no mercado financeiro internacional e, principalmente, pelos empréstimos junto às agências multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A esse respeito, não se pode esquecer a força das contrapartidas e as cláusulas de condições que são aceitas explícita ou tacitamente quando da assinatura dos contratos de financiamento que, em geral, reforçam ainda mais a tendência transnacionalizante.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Mário L.N. **A Universidade Argentina em Tempos Menemistas (1989-1999): reformas, atores sociais e a influência do Banco Mundial**. Tese (doutorado em educação). FEUSP, São Paulo, 2001.
- AITH, Marcio. Para EUA, o plano real valia um dólar furado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2001a. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 28 jan. 2001a.
- _____. País usa plano para “criar tecnocratas pró-Estados Unidos”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2001c. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 28 jan. 2001c.
- _____. “Plano é transitório e só dura até as eleições”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2001b. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 28 jan. 2001b.
- ARDOIN, Jean-Loup. Entrevista: “Valeur d’avenir”. Paris: **Le Figaro**, Paris, 13 set. 1999, économie, p. 105.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **Edital n. 01/2000**, 31 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2000a.
- _____. **Edital n. 03/2000**, 18 fev. 2000. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2000b.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. Autofagia na Argentina. In: **Folha de S. Paulo**, 01 jun. 2000, disponível em <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 01 jun. 2000.
- _____. Tecnocratas pró-EUA. **Folha de S. Paulo**, 28 jan. 2001, disponível em <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 28 jan. 2001.
- BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres**. La formation d’un groupe social. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda, 1983.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 2ª. ed. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux**. Paris:Éditions Liber-Raisons d'Agir, 1998.
- _____. **La noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CANO, Daniel. **Conversos, técnicos y caníbales** o acerca de las desventuras de la pedagogía en el laberinto del Estado Malhechor. Santa Fé (Argentina), jun. 1996. Mimeografado.
- CANTANHÊDE, Eliane. Ministro é o avalista da atual política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 set. 1999. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 03 set. 1999.
- CEMA (UNIVERSIDAD DEL). Banco de Currículos. Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar>>. Acesso em: 14 set.1999.
- _____. **Curriculum Vitae**: alumnos y graduados 2000. Buenos Aires: Cema, 2000a
- _____. **Universidad del CEMA - 2001**. Buenos Aires: Cema, 2000b
- COSTA, Rosa; SILVA, Sônia C. Ministro afirma a senadores que não aceita comprometer estabilidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 set. 1999. Disponível em: <<http://www.estado.com.br>>. Acesso em: 02 set. 1999.
- EL BANCO Central emplea a la hija de Roque Fernández. **Página/12**, Buenos Aires, 17 jul. 1999. Disponível em: <<http://www.pagina/12.com.ar>>. Acesso em: 17 jul. 1999.
- GARCÍA de FANELLI, Ana M. **Las Nuevas Universidades del Conurbano Bonaerense**: Misión, Demanda Externa y Construcción de un Mercado Académico. (Documento CEDES/117-Serie Educación Superior). Buenos Aires: CEDES, 1997a.
- _____. **Estudios de posgrado en la Argentina**: una visión desde las maestrías de Ciencias Sociales. (Documento CEDES/119-Serie Educación Superior). Buenos Aires: CEDES, 2000.
- GASPARI, Elio. Depois de Cabral, chegou a turma do “*Green Card*”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2000. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 05 mar. 2000.
- GUTERMAN, Norbert; LEFEBVRE, Henri. **La Conscience mystifiée**. Paris: Éditions Sylapse, 1936 (reimpressão 1999).
- KOOSER, Willian W. La technologie au service de l'enseignement. Entrevista. **Le Figaro**, Paris, 02 fev. 1999, économie, p. 40.
- LAFER, Celso; PEÑA, Felix. **Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- LAZUECH, Gilles. **L'exception française**. Le modèle des grandes écoles à l'épreuve de la mondialisation. Rennes: PUR (Presses Universitaires de Rennes), 1999.

- LOUREIRO, Maria Rita. L'internationalisation de la Science Économique et la Position Dominante des Économistes au Brésil. In: BROADY, Donald; CHMATKO, Natalia; SAINT MARTIN, Monique de. Formations des Élités et Culture Transnationale. Colloque de Moscou, 27-29 avr. 1996, Moscou. **Anais**. Paris: EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), 1996.
- MEYER, Adriana. Currículum con manchas. **Página/12**, Buenos Aires, 27 mayo 1999. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 27 mayo 1999.
- NIANE, Boubacar. Le transnational, signe d'excellence. Le processus de disqualification de l'Etat sénégalais dans la formation de cadres. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 95, déc. 1992.
- _____. De la facticité d'un pouvoir. L'alternative à l'Etat central. In: BROADY, Donald; CHMATKO, Natalia; SAINT MARTIN, Monique de. Formations des Élités et Culture Transnationale. Colloque de Moscou, 27-29 avr. 1996, Moscou. **Anais**. Paris: EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), 1996.
- O'DONNELL, Guillermo. Una mirada y una propuesta sobre la crisis que sacude al país: el capital financiero y el futuro de la Argentina. **Página/12**, Buenos Aires, 21 mar. 2001. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 21 mar. 2001.
- ROBERT, Paul. **Le Nouveau Petit Robert** – Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Revisado e ampliado sob a direção de Josette Rey-Debove e Alain Rey. Paris: Dictionnaire Le Robert, 1996.
- ROQUE amagó rebelarse, pero cedió para que el agua llegue a La Rioja. **Página/12**, Buenos Aires, 21 ago. 1999. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 21 ago. 1999
- SALOMON, Marta; SOUSA, Vivaldo de. Encontro evidencia divergência sobre política econômica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 set. 1999. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 03 set. 1999.
- SCARFÓ GHELLAB, Grazia. **La transformation du Système d'Enseignement Italien**: La diffusion des business schools. Paris: L'Harmattan, 1997.
- SIGUEN los tironeos entre la Casa Rosada y Economía. **Clarín**, Buenos Aires, 17 ago. 1999. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso em: 17 ago. 1999
- VALAT, Frédérique; ZENNOU, Albert. Les MBA en salo. Paris: **Le Figaro**, Paris, 13 sep. 1999, économie, p. 105.
- _____; _____. Les ingénieurs tentés par le MBA. **Le Figaro**, Paris, 02 nov. 1999, économie, p. 40.
- WAGNER, Anne-Catherine. **Les nouvelles élites de la mondialisation**. Une immigration dorée en France. Paris: PUF (Presses Universitaires de France), 1998.